



Resumo das Atividades Mensais das Comissões – Resolução nº 2029/2025

Comissão Provisória de Inovação e Modernização Tecnológica - Portaria Nº 0167/ 2025

► Datas e horários de início e término das reuniões realizadas, Frequência dos membros e justificativas de ausência, conforme Resolução 2029/2025, art. 7º, §1º e §2º.

MEMBROS	DATA: 12/12/2025 INICIO: 10:12h FIM: 12:54h	DATA: 15/12/2025 INICIO: 09:57h FIM: 11:14h	DATA: 19/12/2025 INICIO: 10:00h FIM: 11:12h	DATA: 22/12/2025 INICIO: 17:00h FIM: 17:38h
Raphael Coutinho Natalino (Presidente)	x	x	x	x
Débora P. Carneiro Amorim (Secretária)	x	x	x	x
Fausto Vianna A. De Souza (Membro)	x	x	x	x
Rômulo Almeida T. Rangel (Membro)	x	x	x	x

► Resumo dos Assuntos tratados, principais deliberações e providências adotadas:

- A comissão analisou o sistema GW (Governo Web) Legis", solução web e responsiva voltada à gestão do processo legislativo, com funcionalidades como protocolo e tramitação digital de matérias, controle de prazos, geração automática de documentos, automação de documentos via inteligência artificial (Gemini) para apoio às assinaturas eletrônicas do padrão A1, transcrição automática de sessões e a possibilidade de georreferenciamento de proposições, ferramentas de participação cidadã, como envio de ideias legislativas, acompanhamento de proposições, manifestações públicas, funcionando ainda como portal institucional com módulos de transparência, ouvidoria e e-SIC, com possibilidade de migração de dados,



armazenamento em nuvem e integrações com soluções administrativas eletrônicas; A comissão focou na capacidade de adaptação do sistema à realidade local e na integração com processos administrativos.

- Foi apresentado à comissão a solução “Legislarr”. Sistema modular voltado à digitalização integral dos processos legislativos e administrativos, incluindo portal institucional com ouvidoria, e-SIC, banco de ideias e protocolo on-line; foram demonstradas funcionalidades como tramitação eletrônica de proposições, controle de prazos, registro de histórico de movimentações, gestão de anexos com definição de publicidade ou sigilo conforme a LGPD, comunicação entre Legislativo e Executivo, assinaturas digitais com certificados A1 e A3, carimbo do tempo e notificações via aplicativo, além de verificação de similaridade textual para evitar duplicidades. O sistema permite geração de pareceres, pautas, atas, relatórios de votação e presença, integração com painel eletrônico 100% web para sessões plenárias, parametrização de quórum, voto de minerva, publicação automática de atos no site, vinculação de vídeos das sessões e possibilidade de transcrição de áudio (dependente de estrutura técnica específica); inclui ainda módulo de processo administrativo eletrônico e GED, com tramitação de licitações e demais atos internos, oferece recursos de participação cidadã, georreferenciamento de indicações (GPS legislativo), acompanhamento de atividades parlamentares, central de ajuda, hospedagem em servidores próprios com backups periódicos e possibilidade de migração de dados do SAPL;
- A comissão reuniu-se com a diretora da Secretaria Legislativa para apresentar o andamento dos trabalhos voltados à modernização do processo legislativo, destacando a necessidade de substituição do sistema atualmente utilizado (SAPL), diante de limitações como ausência de assinatura eletrônica, fragilidades de segurança, falta de padronização de fluxos e modelos, riscos à proteção de dados pessoais e deficiência no controle de acessos e auditoria. A comissão reforçou a meta de implantação de processo totalmente nato digital (processo é criado, tramitado, assinado e arquivado exclusivamente em meio eletrônico desde a sua origem), com assinatura, arquivamento e gestão documental em conformidade com a LGPD e às diretrizes do CONARQ, além de padronização de procedimentos, eliminação de documentos físicos e adoção de logins individuais com rastreabilidade das ações. A



comissão informou estar na fase de benchmarking externo, já tendo analisado diversas soluções de mercado que abrangem, além do processo legislativo, módulos administrativos, plenário, gabinete, portal institucional e transparência, com critérios de avaliação que incluem uso de inteligência artificial como apoio técnico, integração com sistemas já utilizados pela Casa, existência de GED, viabilidade de migração integral dos dados do sistema atual, usabilidade, segurança da informação, possibilidade de personalização de fluxos (inclusive por modelagem BPMN), treinamento e suporte; também foram destacadas funcionalidades como georreferenciamento de proposições, mecanismos para evitar duplicidade de matérias e apoio automatizado na elaboração de atas e revisão textual; por fim, registrou-se que a próxima etapa envolverá visitas técnicas a câmaras que utilizam as soluções melhor avaliadas, a fim de verificar na prática a operação dos sistemas, o processo de migração e a adaptação dos usuários.

- Avaliaram-se as últimas apresentações de software, deliberando pela consolidação de uma tabela comparativa das soluções apresentadas, futura apresentação dos sistemas mais bem classificados às diretorias da Casa e realização de visitas técnicas a órgãos que já utilizam as ferramentas, com meta de conclusão dos trabalhos da comissão até maio ou junho de 2026. Deliberou-se sobre a elaboração de documento técnico apontando os critérios da ATRICON não atendidos pelo sistema atual, com necessidade de mapeamento e padronização dos fluxos internos junto aos setores envolvidos.

Macaé, 12 de janeiro de 2026.

Raphael Coutinho Natalino
Presidente da Comissão
Matrícula nº 6451-3